

# Henrique de Sousa

Henrique de Sousa, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Práxis, activista social e investigador sobre trabalho e sindicalismo, apresentou a intervenção de encerramento no debate por videoconferência realizado em 18 de maio de 2026, acerca da segurança social, cujo tema principal o mito premeditadamente criado, de que as pensões vão baixar em Portugal cerca de 40%. Vamos ver e ouvir a sua intervenção. Tenho apenas alguns comentários finais, que de modo algum pretendem ser conclusões de um debate tão rico e que tem de continuar.

Em primeiro lugar, o agradecimento devido à Catarina Almeida Pereira, jornalista com quem a Práxis já tem dialogado e que já publicou cuidadosos trabalhos jornalísticos sobre o tema das pensões e da sua adequação, e que fez neste debate uma excelente e informada moderação. Agradecimento especial ao nosso orador convidado, o Vítor Junqueira, ex-diretor do Centro Nacional Pensões, reconhecido especialista da segurança social, foi também membro da Comissão do Livro Verde, economista, e que nos deu aqui uma qualificada e muito pedagógica análise crítica das taxas de substituição que permitem medir a adequação de um sistema de pensões, como aqui foi dito, através da relação entre a primeira pensão e o último salário. Ajudou muito, sem dúvida, a desmontar de modo bem fundamentado o mito promovido e generalizado por sectores da direita política e da direita dos interesses, dos seus comentadores mediáticos, e até por alguma imprensa, por ventura mais distraída, ou que fez uma leitura superficial, de que as pensões vão baixar para cerca de 40% dentro de poucas décadas, aproveitando, como aqui foi esclarecido, um erro técnico grave de um relatório de um grupo de trabalho da União Europeia, o Aging Report, que não teve em conta que o fim da entrada de novos pensionistas para a Caixa Geral de Aposentações dentro de poucas décadas tem como contrapartida que os novos pensionistas da função pública, a partir daí, e com reformas médias mais elevadas decorrente das suas carreiras de salários, contarão na segurança social, contarão para a média das pensões e levarão a respectiva média a sua relação com o último salário.

Como aqui também foi demonstrado, os mais qualificados e credíveis estudos internacionais comprovam que as taxas de substituição das pensões do sistema público de segurança social português estão entre as mais elevadas da União Europeia e da OCDE e desmentem completamente o erro técnico cometido no relatório aqui referido e analisado e que tem alimentado essa campanha de desconfiança no sistema público de pensões. O mito da drástica baixa de pensões dentro de algumas décadas e que ainda não foi corrigido, apesar de comprovadamente ser um erro técnico de análise, tem servido, como disse, para uma forte campanha para promover a desconfiança quanto à solidez e ao futuro do nosso sistema público de pensões, sobretudo entre as gerações mais jovens. E esse dado preocupante também aparece até em sondagens recentemente publicadas.

Alimenta assim o discurso da direita de que é preciso reformar, leia-se, enfraquecer e degradar o sistema previdencial e abrir as portas de vários modos ao sistema financeiro e aos interesses privados para penetrar neste apetecido mercado das poupanças e da formação das pensões que representa muitas dezenas de milhares de milhões de euros. Abalar a credibilidade de um regime previdencial que tem reservas capitalizadas, que dariam para pagar já dois anos de pensões a todos os reformados e que todos os anos tem registado saldos

positivos de milhares de milhões de euros, que até têm servido para justificar os déficits, os, perdões, os superávéis orçamentais deste governo, eis o que a direita, o sistema financeiro e os seus comentadores e analistas precisam este aval de credibilidade para criarem condições para um assalto à segurança social pública e para mudarem a narrativa, que para já não podem contestar, porque os números estão aí a mostrar à evidência essa solidez, que o sistema de segurança social público, neste momento, está de boa saúde e recomenda-se. Uma palavra ainda sobre sistemas complementares de pensões.

Como revela o relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, publicado pela Autoridade Reguladora desta área, os fundos de pensões em Portugal, quer os profissionais, quer os individuais, têm ainda reduzido a relevância. A sua existência não levanta, aliás, em si mesma, em minha opinião, preocupações. É uma forma legítima de mobilizar poupanças para melhorar as condições de reforma das pessoas, desde que numa base voluntária ou por via de fundos de pensões profissionais assentes na negociação coletiva.

O problema começa quando a Comissária Maria Luís Albuquerque e a União Europeia recomendam ao Governo português, como foi anotado também neste debate, sistemas complementares de pensões assentes em contribuições obrigatórias para forçar os trabalhadores a contribuírem para sistemas privados e, com isto, justificarem que é a maneira de prevenir os propagados riscos futuros do sistema público de pensões. Ora, vale a pena perguntar, mas há risco maior para as poupanças do que fundos de pensões geridos por bancos, seguradoras e fundos privados, sujeitos às instilações e incertezas dos mercados financeiros? Tem isso comparação com as garantias, a estabilidade e a solidez que o Estado assegura relativamente às pensões públicas? Inclusive num sistema como o português com uma reforma estrutural, como aqui foi dito, realizada em 2007 e que contribuiu fortemente para a qualidade e a sustentação financeira que o sistema hoje revela? Não nos deixa, evidentemente, nada descansados a composição da Comissão nomeada pela atual Ministra do Trabalho para estudar a sustentabilidade financeira da Segurança Social Pública e presidida por um economista, Jorge Brado, estreitamente ligado há muitos anos aos interesses privados dos fundos de pensões, que defende até há muito tempo nos seus escritos a insustentabilidade pública do sistema público de pensões e, pasme-se, justifica essa insustentabilidade como é sabido, pretendendo juntar as contas da Caixa Geral de Pensões, um sistema fechado a novas inscrições e novas contribuições desde há bastantes anos e um sistema aberto, autónomo sustentado pelas contribuições dos trabalhadores e não por acaso, portanto, fazer essa soma porque é aí que pode buscar o seu continuado argumento de que a Segurança Social precisa de uma reforma, leia-se uma abertura aos mercados financeiros para curar os riscos das incertezas futuras. O governo e a direita sabem, certamente, como o tema da Segurança Social é sensível para todos nós.

E eles também, certamente, não esquecem que a gigantesca manifestação popular contra a desdita da TSU para os patrões, proposta por Paço Escolho abalou então o governo que queria ir além da TREC. Por isso, precisam primeiro de mudar a narrativa sobre a sustentabilidade financeira da Segurança Social, conhecida e reconhecida antes de lançarem ataques maiores e, para isso, precisam de abalar a confiança nas pensões futuras pagas pelo sistema público, seja mudando e falsificando a análise da sustentabilidade financeira da Segurança Social e tentarão, provavelmente, fazê-lo juntando contas e a gestão financeira de um sistema fechado, como a CGA e do regime previdencial, que tem contas sólidas e superavitárias e, por outro lado, avalizando a confiança, sobretudo das gerações mais jovens, no futuro das suas

pensões, através da propagação de mitos como este da baixa das pensões para 40%, utilizando um erro técnico de um relatório internacional. Mas, creio que uma coisa podemos contar.

O Governo não vai comprar esta guerra sem esperar, provavelmente primeiro, pelo desfecho do processo da contrarreforma laboral na Assembleia da República. Aliás, as declarações da Ministra do Trabalho quanto ao que tenciona fazer com o relatório diferindo para a próxima legislatura os seus planos de reforma ou do Ministro das Finanças, apontando para 2027 como podendo ser o início da discussão dessas reformas, se não nos devem descansar, porque já estamos habituados às variações de ímpeto e de temperatura dos propósitos governamentais de um Governo profundamente taticista e marcado, sobretudo, por preocupações de natureza ideológica e não pela resolução real dos problemas do país. Portanto, se não podemos estar descansados com tais declarações, elas são pelo menos o sinal de que esperam provavelmente o desfecho deste processo do pacote laboral, porque se aí forem derrotados certamente também pensarão muitas vezes antes de se atreverem a atacar os fundamentos do nosso regime previdencial.

Mas se o pacote laboral fosse aprovado com o conteúdo das traves mestras a que eles aspiram na Assembleia da República, certamente também encontrariam aí ânimo para desfechar alguns ataques de algumas medidas que preparem o terreno para ataques e uma descaracterização mais profunda do nosso sistema público de pensões. Isto anda tudo ligado. Como já aqui foi sublinhado no debate, ainda há pouco, creio que pelo João Roseta, o conteúdo do pacote laboral pode interferir diretamente com o futuro da nossa segurança social pública.

Se fosse aprovada a descriminalização do trabalho não declarado à segurança social, se fosse generalizada legalmente a precariedade laboral e a conseqüente redução dos salários. Se fosse enriquecido o sistema de negociação coletivo e aumentada a liberalização da caducidade das convenções, entre outras medidas, tudo isto teria um profundo impacto negativo no financiamento, na estabilidade e no futuro do nosso sistema público de pensões. Derrotar o pacote laboral é importante por isso mesmo também e porque reduzirá as tentações e ambições da direita de arriscar em medidas que avalem e enfraqueçam o nosso regime previdencial e o nosso sistema público de pensões.

Fica por isso aqui também um apelo da nossa parte. Saibamos também por estas razões juntar forças nos próximos meses para manter convergências no combate à contraforma laboral, mas não só. Que também saibamos, nos próximos tempos, lançar mãos à obra de juntar forças, técnicos e especialistas, organizações da sociedade civil, organizações sindicais, para construir uma grande convergência capaz de assegurar a defesa, nos próximos anos, da nossa segurança social pública.

Sem dúvida uma das maiores conquistas do 25 de Abril e o pilar neste momento, porventura o pilar mais sólido e mais estável do nosso Estado social e por isso tão apetecido pela direita dos interesses que lhe quer ferrar o dente. Para a nossa parte só podemos dizer que podem contar com a Práxis, que vai já no seu terceiro debate sobre temas da segurança social para este combate. E dizer ainda aos participantes neste debate a quem agradecemos a presença, a paciência, a participação e a contribuição que deram a par do nosso conferencista, o Vítor Junqueira, e da nossa moderadora, a Catarina Almeida Pereira, de que terão à sua disposição

como documentação deste debate e deste tema a gravação do vídeo do debate no canal Youtube da Praxis e em breve enviaremos também quer a apresentação fundamental, a intervenção do Vítor Junqueira neste debate e que ele disponibilizou à Práxis para ser distribuída, como também um texto, um artigo inédito do Vítor Junqueira, 19 páginas sobre este tema que generosamente nos disponibilizou também para podermos divulgar.

Essa será a documentação que permitirá a todos quantos se inscreveram neste debate e a muitos outros interessados porque ficará disponível no site da Praxis e será enviada a sua informação através da newsletter da Práxis, permitirá a todos os que o desejem aprofundar ou rever informação e conhecimentos que hoje aqui foram partilhados. A todos muito obrigado por este debate, por esta sessão creio que valeu a pena, a gente vai continuar.

**Transcrito por [TurboScribe](#).**